



Memorando Nº. 832/2024/SECED/ASSESSORIA

Ao Exmo. Senhor

Pedro Emanuel Silva

Pregoeiro

Município de Camaragibe/PE.

Assunto: Memorando nº. 548/2024-CPL

Referência: Pregão Eletrônico nº. 016/2024 | Processo Licitatório nº. 78/2024 | Processo Administrativo nº. 85/2024.

Objeto: Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – sistema de execução indireta, para atender as necessidades dos alunos da rede pública estadual, de ensino do Município de Camaragibe/PE.

Procedimento: Análise Técnica da Habilitação e Proposta

Exmo. Senhor Pregoeiro,

Inicialmente cumpre-nos ressaltar que o art. 67, da Lei nº. 14.133/2021, estabeleceu que a habilitação técnica é eferida pela apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, a incluir **“a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão”**.

Reforçamos que a exigência da comprovação de habilitação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita aos seguintes pontos previstos nas alíneas do art. 67, caput:

[...]

II – certidões ou **atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos perante o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme indicados pelo §3º do art. 88 da NLLCA.

III – indicação do pessoal técnico, das instalações **e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação**, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que responsabilizará pelos trabalhos.

[...]

A avaliação concreta do objeto contratual foi essencial para o estabelecimento proporcional dos requisitos de habilitação técnica para o certame em tela.

Os serviços de transporte escolar demandam, em regra maior cautela na aferição desta espécie de habilitação, não por outra razão, essas atividades possuem regime legal específico de responsabilidade operacional, com vistas a garantir a segurança da atividade. A exemplo que deverão atender as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Daí a indispensabilidade dos atestados de responsabilidade – que são exigíveis por força da legislação que regulamenta as atividades de transporte escolar.

A melhor prova de que alguém tenha capacidade técnica para fazer algo é demonstração que já o fez anteriormente,



que tem experiência. Por isso, o principal quesito tocante à qualificação técnica exigida no Edital em referência diz respeito à comprovação de experiência pretérita. Isto é, o licitante deveria apresentar documentos idôneos cujo teor ateste que ele já executou objetos semelhantes ao que está sendo licitado.

Salienta-se que, na forma do § 3º do artigo 88 da Lei nº. 14.133/2021, a Administração deve promover avaliação de desempenho do futuro contratado. O resultado dessa avaliação não se confunde com o atestado. Este indica, com objetividade, o que foi executado pelo contratado. A avaliação de desempenho para realização do transporte escolar, resulta de uma série de percepções qualitativas sobre o objeto a ser contratado, que, nada obstante sua execução, podem ser negativas ou positivas.

O documento (atestado) que indica o resultado da avaliação de desempenho do licitante também acaba por demonstrar o que foi executado por ele e poder ser usado por ele para comprovar a sua experiência, na forma do Inciso II do caput do artigo 67 da Lei nº. 14.133/2021.

O documento de análise técnica, emitido pelo Secretaria Municipal de Infraestrutura, já reconhece e demonstra que os documentos que veicularam o resultado de avaliação de desempenho da licitante **DELTA SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.695.774/0001-96, não atendeu a referida exigência estabelecida no item 8.1.1 do instrumento licitatório. Não comprovando ter executado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos.

Tendo como regra o estabelecido no §5º, do art. 67, da Lei nº. 14.133, de 2021, que permite que o edital cujo objeto contemple serviços contínuos exija dos licitantes certidão ou atestado que demonstrem que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por prazo mínimo, que não poderá ser superior a três anos. Essa disposição transpõe para o nível legal da exigência estabelecida no item 8.1.2.1 e que, no contexto da dita regulamentação a empresa **DELTA SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.695.774/0001-96, não atendeu a referida exigência estabelecida na lei e no instrumento licitatório.

Buscando o viés da atuação do controle prévio da legalidade, considerando a conclusão da fase da análise técnica da documentação de habilitação da licitante **DELTA SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.695.774/0001-96, preparatória dos atos seguintes do procedimento administrativo em tela, estamos encaminhando a este Pregoeiro, para que adote as providências necessárias e realize a publicidade da INABILITAÇÃO da licitante já mencionada.

Apêndice: Relatório de Análise Técnica da Secretaria de Infraestrutura

Camaragibe/PE, 18 de setembro de 2024.

Alexsandro de Souza Ferreira

Assessor Especial

Ciente, de acordo e AUTORIZO:

Mauro José da Silva

Secretário Municipal de Educação